

# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 4

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 4

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas



### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 4 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-868-7 DOI 10.22533/at.ed.687192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, **neste Volume 4** trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

No **Volume 1**, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

O **Volume 2**, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

O **Volume 3**, são 18 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

### FORMAÇÃO CONTINUADA

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: DISCURSOS E REFLEXÕES INICIAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Sebastiani Stamm Hirsh Brambilla Jislaine da Luz Sílvia Cândida de Oliveira Dill	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6871923121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS EM SANTANA DO IPANEMA: EXPERIÊNCIAS EM FOCO	
Wellyngton Chaves Monteiro da Silva Lanielle Ramos da Silva Maciane Rodrigues Feitosa Miriane Rodrigues Feitosa Rayane Souza Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6871923122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: AS “EVIDÊNCIAS” DA GLOBALIZAÇÃO EM DOCUMENTOS DO BANCO MUNDIAL	
Julio Antonio Moreto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6871923123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
O OLHAR DOS FORMADORES A PARTIR DE UMA FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA	
Waléria de Jesus Barbosa Soares Carlos André Bogéa Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6871923124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
POSSIBILIDADES E LIMITES PARA FORMAÇÃO CONTINUADA <i>ONLINE</i> DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
Wilson Teixeira da Silva Daise Lago Pereira Souto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6871923125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: ESPAÇOS, TEMPOS E SABERES	
Everaldo Dias Matteus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6871923126</b>	

## FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
A ESCOLA ATUAL E A RESPONSABILIDADE DA FORMAÇÃO DO CIDADÃO CRÍTICO E SOCIAL	
Eber Silva Ostemberg	
DOI 10.22533/at.ed.6871923127	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
50 ANOS DE MOBILIZAÇÃO EM SANTOS: A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DURANTE O GOVERNO MILITAR	
Thalita Di Bella Costa Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.6871923128	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
A AUTONOMIA COMO ESTRATÉGIA PARA A APRENDIZAGEM COLABORATIVA E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	
Max Augusto Franco Pereira	
Henrique Nou Schneider	
DOI 10.22533/at.ed.6871923129	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>108</b>
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE	
Dagmar Braga de Oliveira	
José Elyton Batista dos Santos	
Manoel Messias Santos Alves	
Bruno Meneses Rodrigues	
Willian Lima Santos	
DOI 10.22533/at.ed.68719231210	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>115</b>
ENTRE O POPULAR E O FORMAL: DESAFIOS DO PROJETO TECENDO A CIDADANIA NO CAMPO - PRONERA EJA	
Cláudia Valéria de Assis Dansa	
Joice Marielle da Costa Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.68719231211	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>129</b>
OS DIREITOS HUMANOS COMO ELEMENTO TRANSDISCIPLINAR DOS CURRÍCULOS JURÍDICOS: A BUSCA DE UMA FORMAÇÃO VOLTADA À CIDADANIA	
Lana Lisiêr de Lima Palmeira	
DOI 10.22533/at.ed.68719231212	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>135</b>
QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO FORMAÇÃO HUMANA E A SUPERVISÃO EDUCACIONAL: UM PENSAR E UM FAZER EM CONSTRUÇÃO	
Sandra Cristina Tomaz	
Margarida Montejano da Silva	
Charles Durães Leite	
DOI 10.22533/at.ed.68719231213	



## FORMAÇÃO DOCENTE

- CAPÍTULO 14** ..... 147  
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA UFPI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO CURRÍCULO VIGENTE E DO ANO 2000  
Antonia Dalva França de Carvalho  
Lya Raquel Oliveira dos Santos  
DOI 10.22533/at.ed.68719231214
- CAPÍTULO 15** ..... 158  
ANÁLISE DOS ASPECTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DE DOCUMENTÁRIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ÊNFASE NA PROBLEMATIZAÇÃO  
Tatiane da Silva Santos  
Joanna Angélica Melo de Andrade  
Divanizia do Nascimento Souza  
DOI 10.22533/at.ed.68719231215
- CAPÍTULO 16** ..... 170  
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR COMO UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA REFLEXIVA E FORMATIVA  
Anaína Souza Santana  
Maria Aparecida Antunes Moreira  
DOI 10.22533/at.ed.68719231216
- CAPÍTULO 17** ..... 181  
INTEGRANDO TIC E PRÁTICAS DE PESQUISA – ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DA METODOLOGIA WEBQUEST NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
Melise Peruchini  
Karla Marques da Rocha  
DOI 10.22533/at.ed.68719231217
- CAPÍTULO 18** ..... 194  
MOVIMENTO DE RECONFIGURAÇÃO DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE DE FORMADORES NA ACIDES E OS SABERES MOBILIZADOS NO ENSINO POLICIAL MILITAR: LIMITES E POSSIBILIDADES  
Benôni Cavalcanti Pereira  
Kátia Maria da Cruz Ramos  
Ivanildo Cesar Torres de Medeiros  
DOI 10.22533/at.ed.68719231218
- CAPÍTULO 19** ..... 208  
O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA SEGUNDO A TEORIA DA EVOLUÇÃO DE DARWIN: FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
Vanessa Minuzzi Bidinoto  
Maria Guiomar Carneiro Tommasiello  
DOI 10.22533/at.ed.68719231219
- CAPÍTULO 20** ..... 219  
O POSICIONAMENTO DOS ACADÊMICOS ACERCA DA FRAGMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO NO CEFD/UFMS E AS POSSIBILIDADES PARA FORMAÇÃO AMPLIADA  
Adelina Lorensi Prietto  
Gabriel Vielmo Gomes  
Gilmar Belitz Pereira Junior

Gislei José Scapin  
Maristela da Silva Souza  
DOI 10.22533/at.ed.68719231220

**CAPÍTULO 21 ..... 230**

PRÁTICA ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Lucinara Bastiani Corrêa  
Juliana Mezzomo Cantarelli  
Michele Moraes Lopes

DOI 10.22533/at.ed.68719231221

**LEITURA E EDUCAÇÃO**

**CAPÍTULO 22 ..... 239**

O TEMPO VOA: UMA EXPERIÊNCIA EDUCOMUNICATIVA NA PRODUÇÃO DE UMA RADIONOVELA

Luiza Rorato de Oliveira  
Caroline Valente Comassetto  
Rosana Cabral Zucolo

DOI 10.22533/at.ed.68719231222

**CAPÍTULO 23 ..... 248**

LETRAMENTOS E MULTILETRAMENTOS NA ESCOLA: REFLETINDO SOBRE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESPANHOLA

Marina Mercado Soares Gaúna  
Karla Ferreira Costa

DOI 10.22533/at.ed.68719231223

**CAPÍTULO 24 ..... 263**

EDUCOMUNICAÇÃO: UM PROJETO DE INSERÇÃO SOCIAL NA ESCOLA DESEMBARGADOR MILTON ARMANDO POMPEU DE BARROS EM COLÍDER – MATO GROSSO

Leandro José do Nascimento  
Adriano Eulálio Araújo  
Maria José Basso Marques  
Regina Uemoto Maciel Martins

DOI 10.22533/at.ed.68719231224

**CAPÍTULO 25 ..... 273**

AS ATRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SOB A EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Sandra Andrea Souza Rodrigues  
Suely Cristina Silva Souza  
Cosme dos Santos Montalvão

DOI 10.22533/at.ed.68719231225

**CAPÍTULO 26 ..... 284**

A LEITURA DE LEITE NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Simone de Souza Silva  
Márcia da Silva Lima Luna

DOI 10.22533/at.ed.68719231226

<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>295</b>
BOLIN (BOLETIM LINGUÍSTICO E LITERÁRIO): UM JORNAL ESCOLAR NO INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS RIO POMBA DESENVOLVIDO EM 2014	
<a href="#">Josimar Gonçalves Ribeiro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.68719231227</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>307</b>
MEMÓRIAS DE LEITURA E ESCRITA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE	
<a href="#">Maurecilde Lemes da Silva Santana</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.68719231228</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>320</b>
O USO DA LINGUAGEM LOGO NO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<a href="#">Jefferson Felipe Albuquerque Cavalcante</a>	
<a href="#">Vanio Fragoso de Melo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.68719231229</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>327</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>328</b>



## QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO FORMAÇÃO HUMANA E A SUPERVISÃO EDUCACIONAL: UM PENSAR E UM FAZER EM CONSTRUÇÃO

*Data de aceite: 09/12/2018*

**Sandra Cristina Tomaz**

SME/ PMC Campinas – SP - BRASIL

**Margarida Montejano da Silva**

SME/ PMC Campinas – SP - BRASIL

**Charles Durães Leite**

SME/ PMC Campinas – SP - BRASIL

**RESUMO:** Este trabalho apresenta reflexões de supervisores educacionais sobre a qualidade social da educação básica numa perspectiva de educação escolar como formação humana e a implicação dessa perspectiva sobre a ação supervisora. Partindo das experiências vividas na escola, de seus estudos e participação na pesquisa longitudinal intitulada “A Qualidade da Escola Pública: um estudo longitudinal para sustentação da responsabilização partilhada em uma rede de ensino” (2013-2017), desenvolvida pela academia em parceria com escolas de ensino fundamental de uma rede pública municipal, os autores refletem sobre a educação escolar como formação humana e, dessa perspectiva, “ouvem” as percepções de diferentes atores educacionais sobre o que constitui a qualidade social da escola e que ainda não é capturado pelas atuais avaliações

de larga escala. Das relações estabelecidas entre educação como formação humana e qualidade social da educação, repensam e revisam seu fazer supervisor, identificando equívocos, limitações, avanços, possibilidades e necessidades, entendendo que, ao qualificar sua ação profissional, na direção de um trabalho político-pedagógico emancipador, podem contribuir com a qualificação da escola e da educação.

**PALAVRAS CHAVE:** Formação humana. Qualidade social da educação. Supervisão educacional.

### SOCIAL QUALITY OF SCHOOL EDUCATION AS HUMAN FORMATION AND THE EDUCATIONAL SUPERVISION: A THINKING AND A DOING IN CONSTRUCTION

**ABSTRACT:** This paper presents reflections of educational supervisors about the social quality of basic education from a perspective of school education as human formation and the implication of this perspective on the supervisory action. Starting from Lived experiences in the school, from its studies and participation in the longitudinal research entitled “The quality of the public school: a longitudinal study to

support the shared accountability in a teaching network” (2013-2017), developed by academia in partnership with elementary schools in a municipal public education System, the authors reflect about school education as human education and, from this perspective, “make the listen” the perceptions of different educational actors about what constitutes the social quality of the school and is not yet captured by the current large-scale assessments. From the relations established between education as human education and the social quality of education, they rethink and review their supervisor job, identifying misconceptions, limitations, advances, possibilities and needs, understanding that by qualifying their action professional, in the direction of an emancipator political-pedagogical work, can contribute to the qualification of school and education.

**KEYWORDS:** human formation. Social quality of education. Educational supervision.

## 1 | INTRODUÇÃO

Muitos são os dilemas da ação supervisora na educação escolar e eles se colocam, em grande medida, a partir das concepções que se tem de homem, de educação, de qualidade da educação, da escola e de educador. As diferentes crenças e defesas implicarão em diferentes preocupações e fazeres dos diversos atores da educação escolar.

Num momento educacional fortemente marcado pelas avaliações educacionais - de aprendizagem, institucionais, externas - que se estabelecem sob diferentes lógicas, refletir sobre esses conceitos e posicionar-se nessa arena educacional é fundamental para se definir o próprio fazer político-pedagógico, não se furtando a pensar a serviço de que e de quem se está, no labor educativo e educacional.

Nesse sentido é que, amparados pelo fazer cotidiano e sustentados teoricamente por estudos que se dão, mais intensamente, a partir da participação dos autores, como pesquisadores e educadores de rede pública municipal de educação básica, em pesquisa longitudinal intitulada “A Qualidade da Escola Pública: um estudo longitudinal para sustentação da responsabilização partilhada em uma rede de ensino” (2013-2017), desenvolvida pela universidade pública em parceria com escolas de ensino fundamental de uma rede pública municipal, os supervisores intentam posicionar-se quanto aos conceitos acima anunciados e, a partir deles, pensar e repensar sua ação profissional.

Observa-se que o que se avalia hoje, nas escolas, influencia profundamente o currículo desenvolvido. Parece-nos, pois, que nos encontramos num momento em que o currículo não seja mais o norte para a avaliação. Numa lógica contrária, a avaliação, o que é avaliado, torna-se a baliza para o fazer educativo nas redes de ensino e escolas.

Se esta observação estiver correta e observarmos as avaliações de larga escala, que priorizam o desempenho dos alunos, notadamente em Português e Matemática, temos que a educação escolar pode estar se restringindo a treinamentos e saberes técnicos que se afastam da ideia de uma outra educação, entendida de forma mais ampla, complexa e interconectada, que trataremos, neste artigo, como Formação Humana.

Ainda nesse sentido, podemos esperar que a primeira visão de educação, pautada pelas avaliações de desempenho tenha uma qualidade divergente da qualidade esperada para uma educação entendida como formação humana.

Em seguida, para cada entendimento de educação, vinculada a determinada ideia de qualidade, teremos uma diferente ação educativa desenvolvida pelos diferentes atores que se dedicam à educação. Assim, chegamos ao supervisor educacional e aos seus diferentes fazeres, a partir de suas crenças e conhecimento acerca da educação e daquilo que a qualifica.

Partindo dessas primeiras considerações, iniciaremos nossas reflexões sobre a Educação como Formação Humana.

## 2 | EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO FORMAÇÃO HUMANA

Para Saviani, Duarte (2010), é possível considerar consensual a definição da educação como formação humana. A questão que se coloca a nós, nesse sentido, a ser examinada é: em que consiste a formação humana?

Enquanto ser livre, ele mostrava-se capaz de optar e tomar decisões. Esse aspecto já permitia responder positivamente à questão da possibilidade da educação. Se o homem é livre e capaz de intervir na situação, então ele pode intervir na vida das novas gerações para educá-las. [...] Ele é capaz de transcender a situação, assim como as opções e os pontos de vista pessoais, para colocar-se na perspectiva universal, entrando em comunicação com os outros e reconhecendo suas condições situacionais, assim como suas opções e seus próprios pontos de vista. Funda-se, aí, a legitimidade da educação, que emerge, então, como uma comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana. (Saviani, Duarte, 2010, p.422-423)

Possível e legítima, não estamos falando da educação na perspectiva da formação humana como algo que não possamos buscar e construir. A educação como Formação Humana é viável. Ancorados nos mesmos autores, temos uma definição bastante pertinente da educação nessa perspectiva.

[...] o valor da educação expressa-se como promoção do homem. Enunciamos, então, uma primeira definição de educação: a educação, enquanto comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana, é promoção do homem, de parte a parte – isto é, tanto do educando como do educador. [...] A formação humana coincide, nessa acepção, com o processo de promoção humana levado a efeito pela educação. (Saviani, Duarte, 2010, p.423)



Recuperando em Marx (1995) como eixo norteador e essencial da Formação Humana o trabalho, atividade vital de humanização do homem, Saviani e Duarte (2010) afirmam que somente pelo trabalho se dá a Formação Humana. O trabalho que reúne o conhecimento e a prática, o pensar e o fazer, que forma não exclusivamente numa dimensão individual, mas socialmente.

Em contribuição à busca por uma matriz avaliativa que expresse a perspectiva de Formação Humana, ressaltamos a recomendação de Saviani e Duarte (2010), pela apropriação daquilo que se constituiu como clássico, historicamente. Aquilo que resistiu ao tempo e que se define pelas noções de permanência e referência.

[...] Por esse caminho a pedagogia ganha condições de assumir a perspectiva ontológica, apreendendo a educação, isto é, o processo de formação humana, como o contínuo movimento de apropriação das objetivações humanas produzidas ao longo da história. (Saviani, Duarte, 2010, p.432)

Para Tonet (2006), que referencia Marx, nenhuma palavra exprimiu tão bem a ideia de Formação Humana como a *Paidéia*, propondo o desenvolvimento do homem naquilo que lhe é mais humano: o espírito e a vida política. Para ele, coube a Marx, com destaque, apresentar e desenvolver os fundamentos de uma outra, radical concepção de formação humana, que articulava espírito e matéria, subjetividade e objetividade no ser social, tendo como pedra fundamental, o trabalho. Na mesma trilha, entende esse autor, a Formação Humana como “sempre histórica e socialmente datada” (Tonet, 2006) mas também como processual, na perseguição dos objetivos pretendidos.

Contudo, essa formação, que mesmo em nossa legislação é proclamada como direito de todos, de fato não se dá, face à dificuldade ou impossibilidade de acesso a uma formação que privilegie tanto os aspectos de formação moral, artística, cultural e intelectual como a formação no trabalho libertador, atividade vital do ser humano. Tonet (2006) ainda recupera que a formação para o mundo do trabalho, contextualizada nestas duas primeiras décadas do século XXI, quando desnudada, revela-se numa ardilosa formação de mão de obra para o capital, adaptada às suas necessidades. Parece que estamos frente a uma formação que quanto mais se diz humana, mais se afasta dos ideais de humanidade.

Nesse contexto é possível dizer que cabe à escola pensar e realizar atividades educativas que estejam inseridas na luta pela transformação radical da sociedade, do trabalho alienado e dos demais elementos que constituem a atual forma de sociabilidade. Sem esperar pela transformação para educar e sem esperar que a educação, solitária, transforme essas condições.

Descartando, no momento, frente ao panorama instalado, a ideia de uma educação como formação humana, Tonet vê como possibilidade atividades educativas que concorram para a transformação desse *status*. Tarefa difícilíssima, em

seu entendimento, tratada como uma verdadeira batalha.

Bertagna, Oliveira e Miranda (2014), contribuem conosco ao buscar um delineamento possível de uma matriz avaliativa na perspectiva da Formação Humana. Esses autores atentam para a necessidade de uma matriz de avaliação que contemple a formação em artes para ampliar as possibilidades criativas e o desenvolvimento do trabalho coletivo implicado com objetivos da coletividade. Ainda, apoiados em Freitas (2013), apontam para a necessidade e possibilidade da escola em desenvolver o trabalho socialmente útil, refletindo sobre como desempenhar um outro papel, menos comprometidas com a subordinação e com a exclusão e mais voltada à emancipação e à transformação social.

Ao pensarmos uma matriz avaliativa que se ancore na perspectiva da Formação Humana, as avaliações em larga escala ora existentes, nos parece, ganham, ainda maior estreitamento curricular.

Os sujeitos da escola, contudo, por meio das experiências vividas em processos de avaliação institucional participativa, indicam, dentre outras, as dimensões da participação corresponsável, do trabalho coletivo, do real acesso e permanência do estudante na escola, do compromisso social e do respeito à diversidade como dimensões que precisam compor uma avaliação que se coloque a serviço da qualidade social da educação.

Nesse momento em que os sujeitos da escola, instigados pela pesquisa olham para si mesmos e apresentam práticas invisíveis aos olhos das avaliações externas, entendemos adequada a afirmação de Sordi (2009, p.26) de que “A aprendizagem da Avaliação Institucional implica aprender a participar, aprender a se vincular com o projeto coletivo”. Por outras palavras, se o projeto coletivo da escola tiver por norte outra perspectiva de educação, os sujeitos terão a chance de aprimorar as tantas aprendizagens que compõem a formação humana, assim como a valorizar e a avaliar os resultados diante do que foi objetivado, planos e metas produzidos no processo, possibilitando a sua realização.

Moura (2013, p.89) complementa este pensamento quando diz que “A aqueles que participam diretamente da atividade de ensino em sala de aula (aluno e professor) também se juntam os que possibilitam as interações necessárias para a concretização da educação no interior da escola”.

De tudo o que anunciamos, fica a ideia de que se entendemos a Educação Escolar como Formação Humana, entendemos que esse espaço de ensino e aprendizagem é um universo aberto às possibilidades e criação e transformação, não devendo subsumir-se a reflexões, discussões e avaliações rasas e unidimensionais de uma eventual qualidade única para todos, uniformizadora e estabelecida com vistas a manutenção da organização e dinâmica social ora posta como único caminho, o da manutenção e alargamento das desigualdades pela negação ou

desvalorização das diferenças. Nesse sentido, entendemos que a Educação Escolar como Formação Humana encontra-se estreitamente vinculada à ideia de que a qualidade é socialmente referenciada. Não falamos de qualquer qualidade, tampouco de qualidade total e sim de qualidade social.

### 3 | QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO – O QUE APONTAM AS ESCOLAS

A qualidade não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a normas estabelecidas a priori e do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades, ideias sobre como é a rede (...) e sobre como deveria ou poderia ser. (Bondioli, 2004, p. 14)

Bodioli (2004) nos apresenta uma outra abordagem para pensarmos a qualidade da Educação Escolar como Formação Humana em nossas escolas. Uma qualidade dinâmica, referenciada, cunhada na participação corresponsável dos atores da-na e com a escola.

A construção da ideia de qualidade, assim, implica pensar em qualidades. Qualidades cunhadas na polifonia do ambiente educacional, pelos diferentes seguimentos que compõem a comunidade educacional.

Acreditamos que a (re)construção das qualidades se dê nos espaços e tempos de trabalho na escola, nas relações sociais e debate sobre o cotidiano dos alunos e demais sujeitos educativos. Esta interação, forma e, ao se constituir como ação formativa, tem a potência de se transformar, num repensar e num avaliar coletivo permanentes, a serviço de ações sociais transformadoras da educação e da própria sociedade.

Creemos também que a construção se faz na oitiva e na negociação dentro do espaço escolar. Para isso será preciso ouvir a escola. Conversar com a escola e provocá-la a pensar e falar sobre o que ela faz e que acrescenta qualidade na experiência escolar, nas aprendizagens de estudantes e educadores. Nesta ação interativa e investigativa que envolve os sujeitos de dentro (equipe escolar - diretor, professor, funcionários, alunos, família) e, os sujeitos de fora, (supervisores, coordenadores, secretaria, pesquisadores, universidade...) começamos a ampliar nosso universo de elementos constitutivos de uma educação de qualidade social. Concordamos que é preciso ampliar os espaços de estudos e de escuta sobre a vida que flui na escola e para além dela. De debate sobre sua dinamicidade, clima, intenções e saúde das suas relações sociais. Da aprendizagem da negociação e do diálogo sobre as demandas e sobre as tramas e fios que envolve a realidade dos seus sujeitos, em especial, a realidade dos alunos.



Conforme TOMAZ, SILVA, SORDI (2015), na coleta das percepções dos atores educacionais (professores e gestores) sobre o que constitui a qualidade social da escola e que ainda não é capturado pelas atuais avaliações de larga escala foi possível chegar a um primeiro levantamento que compreende práticas na escola que podem ser organizadas nas seguintes dimensões:

- **práticas implicadas com a permanência de todas as crianças na escola:** dialoga com outros professores, funcionários, família e equipe gestora problemas específicos para auxiliar os alunos na sua caminhada escolar; controla a frequência e contato com as famílias quando o aluno excede nas ausências; levanta as possíveis causas de infrequência/evasão, entre outras.
- **práticas implicadas com a aprendizagem de todos os estudantes:** desenvolve atividades (fora da sala de aula) individualizadas com as crianças para atendimento às necessidades dos alunos; trabalha com atividades de níveis diferenciados para que todos aprendam; possibilita aos alunos a aprendizagem de trabalho em grupo, entre outras.
- **práticas que promovem a formação ampliada dos alunos:** desenvolve atividades que produzem alegria e prazer e práticas que conduzem à responsabilidade pelos estudos; demonstra e promove a solidariedade; discute e define com todos as regras de convivência; d) oportuniza e incentiva a existências de grêmios, entre outras.
- **práticas que valorizam e promovem a afetividade:** aprimora as relações interpessoais entre professor e aluno para potencializar a aprendizagem; valoriza as relações de afeto/limite/ valores que estão presentes nas relações de vínculo estabelecidos com os alunos, entre os mesmos e os outros sujeitos da escola; investe tempo e esforço no fortalecimento de relações entre aluno x aluno em sala, entre outras.
- **práticas que promovem a inclusão social:** estabelece parcerias com outras secretarias, associações e outras instituições sociais para um atendimento mais especializado; pensa e investe em formas de acolhimento à criança; acompanha os alunos em situação de vulnerabilidade social; entre outros.
- **práticas que promovem um bom clima organizacional na escola:** reconhece a potência do grupo de professores no interior da escola; promove a confiança das famílias na escola.

No desenvolvimento da investigação junto à escola, foi ainda identificada uma dimensão que se constitui num conjunto de necessidades denominadas como condições objetivas de trabalho para o desenvolvimento das práticas, nas quais se destacam: a) número de alunos coerente com a proposta de atendimento; b) carga horária docente que respeite tempos sem alunos, para trabalho na escola; c) presença do aluno na escola no contra turno; d) presença de estagiários e cuidadores na escola; e) presença de docentes para ministrar as aulas e desenvolver atividades de apoio pedagógico; f) presença de demais funcionários de apoio à escola; g)

estrutura física adequada às atividades escolares.

Observa-se, pois, que foram levantados seis (06) conjuntos de práticas na escola e da escola que a qualificam e que se realizam para: a) alcançar as aprendizagens naquele conjunto de saberes disciplinares esperados; b) ampliar as aprendizagens naquele conjunto de saberes disciplinares esperados; c) ampliar o próprio conjunto de saberes para além daqueles disciplinares esperados, ocupando-se de aprendizagens quanto à participação, compromisso social, formação cultural e política entre outros aspectos; d) promover as aprendizagens considerando as ideias de inclusão, de afetividade e de um bom clima organizacional no desenvolvimento do trabalho coletivo e da ideia de coletivo.

Há ainda o levantamento de condições objetivas de trabalho para que essas práticas efetivamente se exerçam. Tais condições devem ser consideradas não apenas no âmbito da escola, mas no âmbito da rede, pelos órgãos centrais responsáveis pela garantia das condições objetivas de trabalho necessárias à realização da educação, com qualidade social.

Face às dimensões levantadas, pode a supervisão contribuir para melhorar a qualidade social da escola e da educação? Parece-nos que sim.

#### **4 | A SUPERVISÃO EDUCACIONAL E SEU FAZER PROFISSIONAL NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO FORMAÇÃO HUMANA**

De onde fala a supervisão educacional, supervisão escolar, supervisão de ensino? Na história da educação, por longas décadas, essa supervisão se constituiu numa forma de opressão. O supervisor, já chamado de prefeito e de inspetor fiscalizou desde a disciplina da escola, às aprendizagens dos alunos e não raras são as histórias de constrangimento de gestores docentes e alunos frente ao “poder” do supervisor.

Todavia, já no período da ditadura militar no Brasil, profissionais que exerciam as atribuições supervisoras à educação passaram a questionar o próprio fazer, assim como ocorreu com os gestores e docentes, assim como ocorreu com a própria educação.

Em nossos dias, apesar dos ranços do passado que insistem em se manifestar e, especialmente, a partir dos ideais e dos princípios da democracia, dispostos não só para uma teoria do Estado como para uma teoria da educação, é bastante consensual a ideia de que o supervisor é um profissional externo que deve atuar na assessoria às escolas, à rede e ao sistema no qual atua, de forma isenta, para que possa contribuir com a qualificação da educação e das escolas, nas diferentes dimensões que a compõem: pedagógica, humana, técnico-administrativa, entre

outras.

Se o supervisor compreende educação escolar como formação humana, alinhado ao que foi anteriormente exposto no presente escrito, as possibilidades de ação se multiplicam, pois, bem mais que um profissional externo espera-se dele o compromisso com o êxito dos propósitos educacionais e a defesa do direito a aprendizagem de todos os alunos.

No sistema de ensino do município de Campinas, as atribuições dos supervisores, descritas no Decreto 20.351/2019 que regulamenta as atribuições de profissionais da educação, são descritas da seguinte forma:

**Participar da elaboração, implementação e avaliação da política pública educacional municipal [grifo nosso];** Orientar as Equipes Gestoras das Unidades Educacionais sobre a Legislação Educacional e os atos normativos da SME; Atuar na implementação e no cumprimento da legislação educacional e na elaboração de atos normativos para a SME; Elaborar estudos sobre legislação educacional; Supervisionar as escolas sob sua responsabilidade, orientando, analisando documentos e indicando ações corretivas, quando necessário; Lavrar em termo as ações supervisoras e garantir a ciência da equipe gestora; **Supervisionar o processo de elaboração e acompanhar a implementação e a avaliação do Projeto Pedagógico das UEs [grifo nosso]** e a gestão das vagas nas escolas; **Analisar os resultados da avaliação da aprendizagem e propor ações para a sua qualificação [grifo nosso];** Acompanhar, conferir, orientar e verificar a execução dos processos de planejamento para o atendimento da demanda, matrículas e atribuição aos professores e agentes de educação infantil/monitores infantojuvenis; **Validar os planos individuais de ensino/trabalho dos professores; o calendário escolar; as informações das unidades educacionais para o planejamento anual do atendimento à demanda; o quadro de atribuição de agentes de educação infantil e monitores infanto-juvenis; as informações para o processo anual de remoção; o processo de atribuição; e demais atos administrativos inerentes à ação supervisora [grifo nosso];** Atuar de forma descentralizada nos Núcleos de Ação Educativa Descentralizada, Naeds, e de forma centralizada, quando designado, na CEB, CGP e Assessoria de Legislação e Normas Educacionais; e no processo de atribuição centralizada, quando convocado pelo titular da SME; Executar atividades correlatas e outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua área de atuação, obedecendo à legislação educacional e atos normativos da Secretaria Municipal da Educação.

Observa-se a necessidade dessa rede municipal de educação de ligar à ação supervisora às questões referentes à legalidade dos atos, avançando, por vezes, sobre a autonomia e gestão democrática a escola como organização social, o que se deve, provavelmente, de um lado aos aspectos históricos da criação das funções de supervisão, mais ligadas à ideia de controle e manutenção do status quo e menos comprometidas com a qualidade social da educação e com as transformações educacionais e sociais e de outro, ao cenário político bicudo e belicoso por que passa nosso país, com impactos profundos sobre a educação. Importante dizer que esta marca, associada ao controle, tem, muitas vezes, absorvido a ação supervisora de tal modo que esse profissional, face às demandas advindas, por vezes da precariedade estrutural e de recursos humanos, utiliza a maior parte de seu

tempo para o cumprimento do serviço burocrático-administrativo automaticamente, comprometendo assim, a reflexão sobre as questões educacionais e, legais e seus efeitos na realidade, na qualidade da escola pública.

Todavia, observa-se a referência à sua atuação na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e ganha destaque sua atuação junto aos processos de avaliação educacional.

Acreditamos que é na atuação do supervisor educacional junto às políticas públicas educacionais e, em especial, no apoio ao fortalecimento dos coletivos e da ocupação democrática pela escola, dos espaços de avaliação institucional que o mesmo possa contribuir com a escola e com a educação, na construção de uma qualidade socialmente referenciada.

À medida que o supervisor consiga ouvir a escola e apontar para a mesma e para os órgãos centrais, elementos para a decisão por uma política à outra e pela sua implementação e acompanhamento, de forma que se leve a êxito o que se pretendeu nos momentos de sua concepção, cumprirá papel relevante para a qualificação da educação e das escolas que a desenvolvem. Com o desenvolvimento de práticas menos voltadas ao controle e de maior parceria, escuta e respeito à autonomia, coletividade e corresponsabilidade da e na escola, o fazer supervisor tem a possibilidade de se constituir em cultura capaz de pensar a educação e atuar na escola de forma mais engajada com os sujeitos sociais da escola.

A avaliação institucional carrega em si a potência de nos fazer lembrar o compromisso pessoal com o projeto coletivo. Ajuda a nos localizar neste território e emite importantes sinalizadores de nossos esforços e nossa presença no projeto da escola. Esses indicadores não nos pertencem unilateralmente. (Freitas, 2009, p.38)

As entrelinhas das atribuições acima anunciadas colocam ao supervisor a possibilidade de agir no espaço, *micro*, *meso* e *macro* de uma rede, de forma a colocar na pauta do dia as discussões sobre educação como formação humana e a qualidade que se deseja para essa educação e para as instituições que possuem o protagonismo e a corresponsabilidade em desenvolvê-la.

Mas decidir por essa ação implica uma transformação da própria identidade do supervisor educacional, ainda extremamente ligada, e muitas vezes restrita, ao universo das regulamentações. Nesse processo de refazer-se há certamente acertos e equívocos, que precisam ser refletidos, discutidos e redesenhados. Estamos falando de processo que não nega os conflitos e contradições. Processo difícil, que se dá num cenário de forças que pretendem a manutenção do *status quo*.

Assim como a ideia de educação como formação humana implica a ampliação do currículo para além do Português, Matemática e das disciplinas ainda tidas como pertencentes ao núcleo comum, a ideia de um supervisor educacional

cuja ação e identidade se voltam para um universo muito mais amplo que o das normas e legislações, implica na escuta da escola e na ação sobre as políticas públicas educacionais, com especial destaque à contribuição para a emancipação e transformação da educação, que passa pela sua qualificação socialmente referenciada.

## 5 | PARA NÃO CONCLUIR

As escolas trazem dimensões da qualidade social da educação que precisam ser ouvidas pelo supervisor educacional na definição e construção do seu fazer profissional que, dessa perspectiva, deve servir à qualificação social da escola, mesmo contra eventuais vontades discordantes.

Nesse processo haverá equívocos, limitações e conquistas. Uma decisão difícil e necessária se quisermos colocar a ação supervisora a serviço da permanente construção de uma educação emancipadora, capaz de traduzir-se em formação humana. Assim, o desafio se lança cotidianamente na, pela e com a escola pública. Na sua defesa, apesar da falta de vagas, da infraestrutura por vezes precária, de uma dose de depauperação do trabalho pedagógico, da desprofissionalização do professor e da desvalorização da escola pública que sofrem os ataques das políticas neoliberais e ultraconservadoras. Um desafio que não se rende, não se curva, não se cansa. Ao contrário, nos convida a manter viva a indignação a tudo que não seja educação emancipadora e aos ideais de formação humana. Um convite à manutenção da esperança pela retomada dos ideais de democracia, de justiça social e à luta convicta de que é pela educação, na perspectiva da formação humana, que será possível um amanhã, em especial para nossas crianças e jovens.

## REFERÊNCIAS

BERTAGNA, Regiane Helena. OLIVEIRA, Sara Badra de. MIRANDA, Antonio Carlos. **Por uma compreensão do conceito de formação humana para a construção da qualidade social da educação**. XVII ENDIPE. Fortaleza. 2014.

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Campinas: Autores Associados, 2004.

FREITAS, L.C. [et al]. **Avaliação Educacional. Caminhando pela contramão**. Editora Vozes, 2009.

MARX, K. **Manuscritos: economía y filosofía**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

MOURA, M.O. **A educação escolar: uma atividade?** In. **Formação Continuada e as dimensões do currículo**. Neusa Maria M. de Souza (Org.). Campo Grande, Editora UFMS, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, **Lei Complementar** nº 83, de 20 de outubro de 2014, publicação em DOM de 21.10.2014. Acesso em 20.04.2016.



\_\_\_\_\_, **Decreto 20.351/2019** de 11 de junho de 2019. Que regulamenta as atribuições de cargos previstos nas leis nº 12.985, de 28 de junho de 2007, nº 12.986, de 28 de junho de 2007 e nº12.987, de 28 de junho de 2007 que Dispõem sobre os Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais. Campinas, (SP). Prefeitura Municipal, 2019.

SAVIANI, D. DUARTE, N. **A formação humana na perspectiva histórico-ontológica**. In Revista Brasileira de Educação, v. 15, nº 45, set/dez.2010.

SORDI, M.R.L. Razões práticas e razões políticas para defender processos de avaliação institucional nas escolas de ensino fundamental. In: Sordi, M.R.L.; Souza, E.S. **A avaliação como instância mediadora da qualidade da escola pública: a rede municipal de educação de Campinas como espaço de aprendizagem**. Campinas: Millennium, 2009.

TOMAZ, S. C.; SILVA, M. M da; SORDI, M. R. L de. **De Desafios e de Possibilidades: a construção de uma matriz avaliativa da educação na perspectiva da formação humana**. In: VI Congresso Internacional em Avaliação Educacional, 2015, Fortaleza, Ceará – Brasil. Avaliação – veredas e experiências educacionais, pp.2967-2977. Ceará, Brasil, 2015.

TONET, I. **Educação e formação humana**. In Revista Ideação, vo. 8, nº 9, pp.09-21, Foz do Iguaçu, 2006.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME** - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aprendizagem Colaborativa 95

Autonomia 10, 22, 61, 69, 75, 85, 86, 95, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 111, 112, 143, 144, 156, 166, 167, 173, 176, 180, 183, 191, 192, 198, 233, 265, 285, 287, 305, 311

Avaliação 35, 36, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 56, 57, 58, 74, 102, 104, 105, 136, 139, 143, 144, 145, 146, 149, 154, 160, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 184, 187, 192, 271, 327

### B

Banco Mundial 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

### C

Cefapro 1, 2, 7, 12, 49

Contemporaneidade 20, 68, 104, 108, 109, 111, 114, 264

Currículo 11, 14, 15, 40, 42, 62, 68, 70, 75, 76, 77, 79, 80, 124, 136, 144, 145, 147, 151, 153, 155, 157, 167, 190, 223, 225, 226, 229, 300

Currículo escolar 14, 42, 62, 167, 190, 223

Currículo questionador 70

### D

Documentários 158, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 266, 272

### E

EaD Online 49, 50

Educação Física 72, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

Educação Inclusiva 230, 231, 232

Educação Integral 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69

Ensino de Ciências e Biologia 208

Ensino de matemática 49

Evolução Biológica 208, 211, 212, 213, 215, 216, 218

### F

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 74, 75, 78, 79, 82, 90, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 125, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 172, 181, 182, 183, 184, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 245, 246, 249, 250, 261, 263, 264, 272, 276, 279, 282, 284, 285, 286, 287,

290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 304, 307, 308, 310, 311, 312, 317, 318, 319, 325, 327

Formação Continuada 1, 3, 4, 5, 6, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 41, 47, 49, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 67, 99, 145, 191, 192, 290

Formação Continuada de Professores 1, 4, 6, 14, 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 53, 57, 58, 191, 192, 290

Formação de professores 14, 18, 22, 30, 31, 32, 33, 36, 50, 55, 57, 59, 148, 149, 151, 155, 156, 157, 169, 181, 182, 185, 191, 208, 218, 221, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 261, 282, 318, 327

Formação docente 7, 31, 63, 66, 148, 158, 159, 160, 162, 165, 168, 201, 307

Formação do professor de Matemática 147

Formação humana 4, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 183, 223, 225, 226, 227, 229, 292

## G

Globalização 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 36, 38, 168, 222, 250, 261

## H

Histórico da educação 70, 163

## I

Inovação Pedagógica 12, 95, 97, 98, 100, 102, 104, 105

Interdisciplinaridade 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 198, 276

## L

Licenciatura 14, 20, 21, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 211, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 232, 234, 327

## M

Matemática 16, 23, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 51, 53, 55, 56, 58, 59, 108, 123, 137, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 167, 254, 321, 322, 325, 326

Metodologias educacionais 70

## P

Papel do educador 70, 75

Planejamento 1, 2, 3, 9, 13, 34, 36, 50, 55, 57, 97, 99, 100, 104, 143, 168, 185, 187, 189, 190, 203, 204, 275, 284, 288, 289, 325, 327

Políticas públicas em educação 14

PPC 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Prática enquanto componente curricular 230

Práticas avaliativas 39, 43, 44, 170, 171, 174, 176, 177, 179

Práticas de pesquisa 181, 182, 186, 191, 193

Problematização 10, 52, 66, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 168, 192, 255  
Programa Mais Educação 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69

## Q

Qualidade social da educação 135, 139, 140, 143, 145

## R

Reflexão 4, 5, 6, 15, 17, 18, 19, 21, 43, 52, 65, 75, 77, 78, 108, 109, 111, 114, 118, 121, 123, 144, 148, 156, 161, 165, 170, 175, 178, 184, 189, 190, 191, 198, 204, 225, 226, 230, 231, 232, 234, 237, 248, 249, 250, 251, 258, 260, 264, 266, 271, 278, 286, 307, 308, 314, 317, 318, 325  
Responsabilidade na educação 70

## S

Significados 170, 174, 175, 176, 179, 217, 251, 254, 255, 256, 286, 288, 299, 309, 314  
Sujeito crítico 17, 71, 108, 109, 110, 114  
Supervisão educacional 135, 142

## T

Tecnologias Digitais 49, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 95, 98, 99, 103, 104, 106, 268  
Trabalho docente 14, 20, 25, 31, 47, 152

## W

Webquest 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192

